

O ESTAFETA

ÓRGÃO DA FUNDAÇÃO CHRISTIANO ROSA

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

PIQUETE, JULHO/2017 - ANO XXI - Nº 246

Foto Museu da Imagem e do Som (MIS)

EDITORIAL

A lista de condenados na Operação Lava Jato, que tem pouco mais de três anos, chega a 63. E há muitos mais na fila. E só de gente graúda. Parece não ter fim, uma vez que, a cada dia, mais e mais agentes públicos são denunciados.

O país passa por uma de suas maiores crises políticas. Nossos representantes se perderam num enovelado de corrupção que se generalizou nos últimos anos. Vivemos um choque de cultura em que, de um lado, políticos inescrupulosos, para chegar e se manter, passaram a aceitar caixa dois, agrados e até mesmo propinas como normais. Do outro lado, a sociedade, atônita, exige que se denuncie, apure e puna exemplarmente a todos que se corrompam.

Das pequenas cidades à capital federal, a corrupção tornou-se regra. Faz parte do jogo político. A crise por que passamos é ética e moral e nos faz refletir a respeito de suas consequências sociais e os exemplos que transmitiremos para as gerações futuras. Quais serão os resultados após a explicitação de situações das quais já se tinha conhecimento, mas que sempre eram tratadas de forma natural, como se estivessem dentro da normalidade? A própria punição a essas atitudes é exemplo do que está por vir. Por meio de subterfúgios jurídicos, tenta-se justificar e inocentar atitudes que, do ponto de vista racional e moral, seriam inadmissíveis. Todos nós, anestesiados, vislumbramos, dia após dia, um crescente número de denúncias e delações premiadas que, na verdade, diga-se de passagem, premiam somente os infratores. Enquanto isso, a educação, a saúde e a segurança estão um verdadeiro caos. E sem previsão de melhoria, uma vez que as quantias financeiras desviadas servem apenas para o deleite de alguns. Esses transgressores da lei, que não honram o cargo que ocupam, assim como os “amigos” que os patrocinam, deveriam ser melhor vigiados e severamente punidos. Porém, essa utopia ficará somente no nosso espírito de justiça, visto que, mais uma vez, presenciaremos o nocivo “jeitinho brasileiro” – amparado na justiça – vencer a lógica do bom-senso e da ética.

Esperamos que este triste momento do cenário político brasileiro nos traga um novo caminho ético, no qual a saúde e a educação em nosso país sejam respeitadas enquanto garantias constitucionais, duramente conquistadas.



O major Leôncio de Figueiredo Neiva, comandante do destacamento do “Setor Piquete”, e oficialidade em frente ao QG instalado no Hotel das Palmeiras, em agosto de 1932.

Os 85 anos da Revolução Constitucionalista

Em outubro de 1930, uma revolução derrubou o governo dos grandes latifundiários de Minas Gerais e São Paulo. Getúlio Vargas assumiu a presidência do Brasil em caráter provisório, mas com amplos poderes. Todas as instituições legislativas foram abolidas. Os governadores dos Estados foram depostos e para suas funções Vargas nomeou interventores. Em Piquete, exoneraram do cargo de prefeito José Monteiro de Brito, político tradicional, que havia mais de duas décadas vinha se alternando na administração do município. Em seu lugar, tomou posse, em janeiro de 1931, Antônio Pelúcio, fazendeiro no município, indicado pelo Interventor do Estado.

A Revolução de 1930 foi o fim da chamada República Velha. A política centralizadora de Vargas desagradou às oligarquias estaduais, especialmente as de São Paulo. A elite política do Estado economicamente mais importante sentiu-se prejudicada. E os liberais reivindicavam a realização de eleições e o fim do governo provisório. O governo Vargas reconheceu oficialmente os sindicatos dos operários, legalizou o Partido Comunista e apoiou um aumento no salário dos trabalhadores. Estas medidas irritaram ainda mais as elites paulistas.

Em 1932, uma greve mobilizou 200 mil trabalhadores no Estado. Preocupados, empresários e latifundiários de São Paulo se uniram contra Vargas.

No dia 23 de maio, realizou-se um comício reivindicando nova constituição para o Brasil. O comício terminou em conflitos armados. Quatro estudantes morreram: Martins, Miragaia, Dráuzio e Camargo. As iniciais de seus nomes formam a sigla MMDC, que se transformou no grande sím-

bolo da revolução. Em 9 de julho, explodiu a revolta. As tropas rebeldes se espalharam pelas cidades de São Paulo e ocuparam as ruas. A imprensa paulista difundiu a causa dos revoltosos. Um grande número de pessoas se alistou para a luta. Quando se iniciou o levante, uma multidão saiu às ruas em seu apoio. Tropas paulistas foram enviadas para “fronts” em todo o estado.

Em Piquete, soldados constitucionalistas começaram a chegar, pelo ramal férreo, na manhã de 11 de julho. Vieram para guarnecer a região de fronteira na Mantiqueira, impedindo o avanço das tropas federais vindas de Minas Gerais. A direção da Fábrica de Pólvora e sua oficialidade, porém, mantiveram-se fiéis ao governo federal. No início de agosto, a Fábrica passou a ser dirigida pelo tenente coronel Felisberto Antônio Fernandes Leal, comandante das tropas constitucionalistas.

O avanço das tropas federais, numericamente maiores e fortemente armadas, levou a um recuo dos paulistas. A Fábrica foi abandonada e centenas de operários e suas famílias levados para São Paulo, a fim de conduzir uma oficina de pólvora transferida para a capital.

Em outubro de 1932, os paulistas se renderam. Prisões, cassações e deportações se seguiram à capitulação. Os funcionários da Fábrica deslocados para São Paulo foram demitidos. Apesar de desempregados, retornaram a Piquete com o orgulho do dever cumprido. Em dezembro, anistiados, retomaram suas funções. Vencidos na guerra, foram vitoriosos no ideal: em maio de 1933, foram realizadas eleições para a Assembleia Nacional Constituinte.

Imagem - Memória

Fotos Museu da Imagem e do som (MIS)



Imagens da Revolução de 1932, em Piquete

Nove de julho de 1932. Ouviu-se o primeiro tiro. Eclodia a Revolução Constitucionalista no estado de São Paulo. Durante três meses, as forças paulistas, compostas de 35 mil combatentes, lutaram contra tropas enviadas pelo governo federal, que contavam com um contingente de cerca de 100 mil soldados. Nas palavras de Pedro de Toledo, então governando o Estado, São Paulo deveria “prosseguir na luta para satisfazer a mais alta aspiração nacional, que é restituir ao povo brasileiro o direito de dispor de seus destinos e de se organizar constitucionalmente...”. Não tendo havido adesões de outros estados, os revolucionários paulistas viram-se obrigados à rendição, o que ocorreu em outubro do mesmo ano. Apesar dessa derrota paulista em sua luta por uma Constituição, dois anos depois – em 1934 – seria promulgada a nova Carta Magna.

Para que não nos esqueçamos desse capítulo da história paulista em que Piquete teve participação ativa, é que procuramos todos os anos, desde 1997, ilustrar esse informativo com textos e imagens alusivas à Revolução. Colecionamos ao longo desses vinte anos registros de depoimentos de moradores que testemunharam esse conflito armado e também quantidade significativa de livros, documentos, fotos, jornais e revistas que hoje compõem o acervo da Fundação Christiano Rosa.

Por meio desse acervo, evidencia-se que muitos piquetenses que se encontravam na cidade naqueles dias e que, direta ou indiretamente, participaram da Revolução, se orgulhavam de contar suas histórias. A participação do município de Piquete foi importante estrategicamente para a causa paulista, não só devido à sua localização geográfica mas, também, pela Fábrica de Pólvora sem Fumaça, que foi ocupada pelos constitucionalistas, passando a produzir pólvora para a causa. Apesar da adesão da população e do operariado da Fábrica ao movimento, são poucas as fotografias que chegaram até nossos dias. Não havia fotografos na cidade. As imagens que chegaram até nós foram feitas por soldados que vieram de fora ou por fotógrafos dos jornais A Gazeta e O Estado de São Paulo. Alguns poucos livros publicados após o conflito estamparam imagens, mas com pouca definição. Apesar disso, constatamos que antigos moradores, quando de posse de um jornal ou de uma fotografia daquela época, espontaneamente se recordavam da Revolução contando diversos episódios até então calados em suas memórias, acordadas que foram pela fotografia. Para eles, testemunhas vivas da história, a recriação do passado emergia de maneira simples e pitoresca, surpreendendo-nos pelos detalhes muitas vezes diferentes da versão oficial que se lê nos livros. Contam

fatos por eles vividos de um momento épico da história paulista, considerado o maior conflito armado ocorrido no país. Suas lembranças se prendem à pacata Piquete tomada por tropas: a ocupação do Cine Glória, do Grupo Escolar, do Hotel das Palmeiras, a profanação de casas e quintais, o “vermelhinho” – avião ditatorial – sobrevoando a cidade... Relatam, ainda, o êxodo da população para a zona rural, o matraquear das metralhadoras na serra, canhões e prisioneiros em frente ao hotel transformado em QG, o avanço das tropas federais, o recuo paulista, o desmonte da Fábrica e a fuga de grande parte do operariado com suas famílias para São Paulo numa viagem tragicômica, e a derrubada da ponte metálica sobre o Paraíba para atrasar o avanço ditatorial. Depois do armistício, o retorno e a demissão de centenas de operários que aderiram à causa. A revolução durou de 9 de julho a 28 de setembro. Foram 85 dias de combates que marcaram uma geração, orgulhosa de seu passado histórico.

Fotos: 01: “Pelotão da Morte”, em Piquete. 02: Em frente ao Hotel das Palmeiras, transformado em QG, o major Leôncio Neiva, comandante do Destacamento do “Setor Piquete”. Foto de agosto de 1932. 03: Soldados entinchados em Piquete.

A Fundação Christiano Rosa mantém acervo de fotografias da Revolução Constitucionalista de 1932. Recentemente, recebeu do Museu da Imagem e do Som (MIS), de São Paulo, novas imagens que enriqueceram o Arquivo Pró-Memória.

GENTE DA CIDADE

Dona Zeli Corrêa

Passados 85 anos da Revolução Constitucionalista de 1932, é cada vez mais raro encontrarmos remanescentes daquele acontecimento em que paulistas pegaram em armas contra o governo ditatorial de Getúlio Vargas.

Ao se reconhecer em uma fotografia tirada num dos dias da Revolução, os olhos de dona Zeli Corrêa brilharam. Tomada por forte emoção identificou a família de Francisco Máximo Ferreira junto ao capelão Estanislau Leme, religioso que veio com as tropas paulistas. Os dias em que Piquete foi cenário desse conflito ficaram gravados em sua memória. Vendo-se na fotografia como testemunha desse importante capítulo da história, passou a vasculhar a memória que a poeira do tempo havia apagado. Resgatou fatos e personagens que, como ela, viveram dias de tensão e medo.

Zeli Ferreira Corrêa nasceu em Piquete em 6 de julho de 1920, filha de José Luiz Ferreira e Laurita da Silva Ferreira. Sua memória prodigiosa surpreende. Aos 97 anos de idade, discorre com desenvoltura e bom humor os detalhes de sua biografia. Conta que, ainda pequena, foi morar com sua tia-avó, Maria Magdalena Ferreira, agente dos Correios, à rua Major Carlos Ribeiro. Na casa em que morava, funcionava o correio. Todos os dias, as correspondências chegavam pelo trem. Um estafeta da Fábrica trazia os malotes até a agência, onde as correspondências eram separadas e distribuídas aos destinatários todas as tardes.

De sua infância, fala de uma Piquete pacata em que todos se conheciam. O movimento se concentrava próximo ao Cine Glória, o Largo da Estação, o hotel de Maria Eufrásia, e no largo do coreto. Recordar-se dos vizinhos e os respectivos filhos, companheiros de brincadeiras, do antigo grupo escolar, das professoras e dos amigos da infância: Maria Ignácia, Emília do Piricola e as irmãs Carmem, Bibiu e Lavinia, filhas de dona Tide, e Emília e Ismael Marques, filhos de dona Adelaide.

Dona Zeli conta-nos que desde pequena frequentou a casa do seu Chiquinho Máximo. Era amiga de sua filha Mariquinhas e, com o casamento do irmão desta, o Armando, tornou-se amiga também de sua esposa, Maria Leite, e madrinha de seu filho Chico Máximo. Dona Zeli teve educação rígida. Seus pais só a deixavam sair se fosse acompanhada por dona Leonor Guimarães ou dona Mariquinhas. Estas, muito religiosas, foram exemplo de dedicação à Igreja, o que a influenciou.



Da Revolução de 1932, conta que a cidade foi pega de surpresa. Os moradores se assustaram quando, no dia 11 de julho, desembarcaram na estação ferroviária tropas e mais tropas de soldados. Casas e prédios públicos foram ocupados e soldados colocados em pontos estratégicos. A notícia de que a Fábrica havia sido paralisada e oficiais presos fez com que os moradores se refugassem na zona rural. Ela e a tia foram para a fazenda Santa Lydia, no Itabaquara, propriedade do prefeito Antônio Pelúcio. Logo, a tia foi convocada para reabrir os Correios. Dois soldados constitucionistas ficavam à porta como segurança. Rindo, conta que a sigla MMDC, à época era traduzida pela população como “Mata Mineiro e Degola Carioca”. Ao fim do conflito, a cidade foi esvaziada. A população, em grande parte, foi para a capital paulista, onde ficaram alojados num rinque de patinação – “Rinque da Concórdia”, no bairro do Brás.

Dona Zeli, após concluir o grupo escolar, foi estudar em Guaratinguetá, no Colégio do Carmo. Assim que se formou, prestou concurso para a Coletoria Estadual. Passou em primeiro lugar, ingressando em 2 de fevereiro de 1943. Por um período trabalhou como escritora substituta na Coletoria de Piquete, na qual o coletor era Nhô da Encarnação. Aposentou-se em 2 de fevereiro de 1982.

Casada há 70 anos com José Valentim Corrêa, conta que conheceu o marido numa procissão de São Miguel. Só se olharam, pois ele namorava outra moça. Com a II Guerra, ele foi lutar na Itália. Retornou, desmanchou o noivado e passaram a namorar. Estavam destinados um para o outro. Casaram em 20 de janeiro de 1947. Têm três filhos, seis netos e um bisneto. Lúcida, atribui sua memória privilegiada ao trabalho e por se manter ativa intelectualmente. Lê, redige processos e recursos para o Exército e para a Previdência, além de inventários. “Se eu não sei algum assunto, procuro saber. Tento me manter sempre ativa”.

A beleza da união

Laurentino Gonçalves Dias Jr.

O Brasil vem se polarizando cada vez mais. “Esquerdistas” e “direitistas” tentam mostrar que estão certos e que detêm as melhores soluções para os inúmeros problemas do país. Grassam a intolerância e a ausência de debates civilizados. Nenhum dos lados se permite ouvir o outro. Não se buscam pontos em comum.

Quem sai perdendo com essa situação? Ambos os lados, certamente. Tome-se por base velho dito popular: “Em briga de elefantes, quem sai perdendo é a grama”. Percebe-se que a grama é, sem dúvida, o povo, apartado das decisões, mal representado que é, seja na esfera municipal, como na estadual e na federal.

Pois bem... No sentido contrário ao da excludente polarização, tenho evidenciado exemplos que mostram o belíssimo resultado da união, do trabalho em equipe.

Em Piquete, a união de pessoas as mais diversas mas com finalidades comuns tem mostrado resultados dignos de nota. Um grupo está promovendo a recuperação da praça “Mestre Augusto Jansen”, junto ao Fórum. A praça foi pintada e está toda florida. Esse mesmo grupo está plantando árvores em outros pontos da cidade, especialmente no entorno da igreja Matriz de São Miguel. Voluntários, os participantes colaboram, inclusive financeiramente para a aquisição de mudas. O exemplo está contagiando os que anseiam por uma cidade mais bela e colorida por flores e árvores. Há, ainda, outro grupo organizando a reforma da igreja Matriz de São Miguel e as atividades comemorativas dos cento e trinta anos da Paróquia de São Miguel.

Em Cunha, cidade que tenho visitado com maior frequência, participei da Festa do Divino Espírito Santo. Poucas vezes vi tantas provas de que o trabalho comunitário é das melhores formas de se conseguir resultados de excelência. A Festa do Divino emociona não apenas pela demonstração de fé do povo, mas pela união com que é preparada ao longo de todo o ano que a antecede. O trabalho dos festeiros é hercúleo: percorrer esse que é um dos municípios com maior extensão territorial do estado recolhendo donativos para a festa. O mais importante é que esses donativos voltam para o povo em forma do almoço no dia da festa – em torno de 20 mil refeições distribuídas –, em cestas básicas para as famílias mais carentes, em eventos que a Igreja promove. Todo o trabalho é feito também voluntariamente.

Portanto, amigos, se nosso país se mantiver dividido entre os de “esquerda” e os de “direita” e não se unir em busca de objetivos comuns, estamos fadados a continuar com indicadores sofríveis em todas as áreas que interessam a nós, brasileiros honestos e trabalhadores. Não teremos saúde, educação e/ou segurança. Não seremos celeiro de ciência e tecnologia. Não teremos atletas vitoriosos. Não seremos referência senão em corrupção e desigualdade social. E essa afirmação vale para o nosso quintal: disputas mesquinhas e baseadas em interesses próprios são um câncer para qualquer administração, inclusive a municipal.

Vamos rever nossos conceitos! Vamos nos unir e buscar a beleza do bem comum!



Vila Estrela do Norte: ecletismo arquitetônico a se preservar

Através do boletim no 155, de 29-12-1909, a diretoria da Fábrica de Pólvora sem Fumaça, por meio do seu diretor. Achilles Veloso Pederneras, agradecia ao 1º Tenente de Engenharia, Antônio José da Fonseca, chefe do 5º Grupo, e ao 1º Tenente Euclides Pereira Souza, adjunto do 5º Grupo, pela comprovada competência e invejável esforço com que dirigiram os trabalhos de conclusão da Vila da Estrela.

Foram concluídas obras de natureza emergencial e outras necessárias à higiene e ao embelezamento da Fábrica, tais como: as estações da Estrela e do portão da Fábrica, o corpo da guarda, a casa da portaria, a farmácia e a enfermaria, a casa do farmacêutico, a balaustrada na frente das casas dos oficiais, as instalações do serviço de extinção de incêndios, as canalizações d'água para o quartel do Contingente, a iluminação elétrica nas oficinas e na Estrela, os melhoramentos da represa, os serviços de aterro na Estrela e desaterro na entrada principal da Fábrica.

Com estas obras concluíam-se a Vila Militar Estrela do Norte.

Em 1999, a arquiteta piquetense Márcia Luz, preocupada com o patrimônio arquitetônico de nossa cidade, apresentou, a título de graduação, para a UNITAU, o trabalho: “As Imagens da Arquitetura na Memória de uma Cidade. Piquete – Vila Estrela do Norte: 50 Anos de Evolução Arquitetônica.”

O trabalho objetivou a divulgação e a análise de um conjunto arquitetônico que ficou praticamente desconhecido da comunidade até os dias atuais.



Constatou-se que a Vila Militar “Estrela do Norte” apresenta-se como um mostruário da evolução dos estilos arquitetônicos que estiveram em voga no país a partir do último quartel do século passado.

Sob influência do Rio de Janeiro, então Capital Federal, a Vila da Estrela foi construída para dar segurança e comodidade às famílias dos militares e funcionários graduados que vieram do Rio de Janeiro trabalhar na Fábrica de Pólvora sem Fumaça.

Nessa ocasião, a Vila do Piquete carecia de residências, o que tornou obrigatória a construção da Vila Militar.

O estilo eclético das construções era sinônimo de progresso, e o uso de novos materiais e a rejeição aos velhos hábitos de construir fizeram com que a vila se tornasse pioneira na região valeparaibana, no estilo de construção.

Com jardins primorosos, lagos e repuxos, estação ferroviária moderna, abastecimento de água, luz elétrica – infraestrutura inexistente na cidade – a Vila Estrela do Norte tornou-se referência na região, passando a ser visitada.

Ao longo dos anos foram construídas novas edificações na Vila da Estrela sob referências arquitetônicas diferentes. Assim, há casas em diversos estilos, variando do Ecletismo ao Modernismo.

A Vila é de grande riqueza arquitetônica, pois muitas das casas ainda preservam suas fachadas originais. Representa um passado de progresso e modernidade para Piquete e a região. Há que ser preservada!

AC

Amigo caramelo

Historiqueta um. Estava varrendo o chão de meu quatinho de ferramentas. Concreto cru. A poeira estava por todo o lado e se levantava do chão em nuvens a cada vassorada. Minha esposa, loira, branca de olhos azuis, veio falar comigo. Ao ver toda aquela poeira preenchendo o “escritório”, sugeriu que o melhor a fazer seria pintar o chão com aquelas tintas de pisos. Gostei da ideia. Havia em meu “estoque” três latas de tinta com um pouquinho cada. Areia, marrom bem escuro e branca. Misturei as três. Surgiu uma cor caramelada do tipo “sem muito sentido”. Creio que a tal cor de burro quando foge. Pinte o chão com a química pigmentar que magicamente criei.

Historiqueta dois. Durante minha graduação havia uma disciplina chamada metodologia científica. O professor Fernando pediu que eu fizesse um trabalho e o apresentasse à sala. Tratava-se de um estudo efetuado na UFMG, no setor de genética, que havia investigado o cromossomo Y de diversas pessoas no Brasil, desde o branquelo sul, passando pelo japonês sudeste e indo enegrecer lá no nordeste. Um estudo dos “cinquenta tons de cinza”, avermelhados e amarelados dos brasileiros. Minha tarefa era explicar a metodologia científica por trás daquele estudo todo. Mas o que me intrigou foi o resultado. Nós brasileiros éramos uma mistura de raças. Isso todos sabem. Mas havia algo intrigante. A origem muito marcante de uma raça que habita os montes

Urais, na Rússia. Coisa meio esquimó, de olho puxado e loiros oxigenados. Mas, no aprofundamento dos estudos da equipe da UFMG, descobriram que até esses seres “uraisenses” tinham traços de negros africanos e caucasianos em seu DNA. Enfim, uma única raça que podemos denominar de humana.

Historiqueta três. Como você deve ter lido na historiqueta um, minha esposa é loira, branquela, de olhos azuis. Entretanto, o que ninguém sabe é sua origem. O pai é neto de negro liberto e de índio mestiço. Podia-se ver nos avós de minha esposa os traços marcantes das duas raças. A mãe é neta de portugueses e alemães que aportaram no Brasil ainda no século dezenove. Mas peraí! Confere, Arnaldo?, diria o gritante Galvão. Confere, responderia o douto juiz e complementaria: regra é regra! Mas se mais estranho não fosse, eu tenho dois netos. Os dois (ele e ela) branquelíssimos, de olhos azuis como o céu em que voa o brigadeiro mais medroso. Mas minha filha tem olhos verdes e descende dessa mistura que descrevo acima pelo lado de minha esposa e de meu lado de índios (minha tataravó), negros, portugueses e espanhóis. Mas o pai desses meus netos, catarinense de dizer “churrasco” e “buro”, é neto de italianos e poloneses. Um pouquinho de tinta daqui, outro punhado dali, e o restinho de lá e pá! Fizem-se mais dois brasileirinhos.

Historiqueta quatro. Um senhor ignorante posta em seu “feicebuque” que

negro é macaco, burro, não aprende, é aproveitador, malandro, e por aí desfiou suas ignorâncias. Dois grandes amigos meus, Roberto e Nilton, são negros. Do tipo retinto mesmo. Roberto é gaúcho e doutor em processamento de alto desempenho no Laboratório Nacional de Computação Científica. Nilton é caboverdiano e doutor em Física, trabalhando hoje como pesquisador e professor da Universidade Federal de São Paulo. Roberto tem sim um grande defeito: é torcedor do colorado gaúcho. Fora isso, é genial. Nilton ainda não mostrou nenhum defeito – nem de caráter. O que não posso falar dessa criatura que postou na internet tamanha bobagem, nem de inteligência. Exceções? São. São, sim. Mas não pela inteligência, caráter e honestidade. Mas pela oportunidade que nem sempre se apresenta aos negros devido aos fulaninhos que dizem ou pensam bobagem sobre essa raça linda, sábia e maravilhosa: a humana. Nossas latas de tinta se misturam há milhares de anos. Um pouquinho de negro, vermelho, amarelo, azul e branco. Todos os humanos trazem em seu sangue essa cor de burro quando foge. E é ela que ajudou a baixar a poeira que cegou a humanidade por anos, quando varremos esse mundo de meu Deus. Deixe de ser preconceituoso. Todos somos macacos de cor caramelada. Agradeço à minha esposa que deixou que eu maritalmente plagiasse uma ideia que ela postou na internet.

Luiz Flávio Rodrigues

Temos uma escola do século XIX, um professor do século XX e um aluno do século XXI

A frase, título desse texto, tomei emprestada do Professor Mozart Neves, especialista em educação, Diretor de Articulação e Inovação do Instituto Ayrton Senna. Ele a citou numa palestra, traduzindo muito bem o atual estado da escola brasileira.

Nossa escola de hoje tem excesso de disciplinas, os alunos são expostos e forçados a decorar conteúdos de pouca relevância, há pouca contextualização e aproximação com a realidade e os livros são muitas vezes os balizadores do ensino. Enfim, temos uma escola incapaz de motivar e desafiar os estudantes.

De maneira geral, todas as áreas evoluíram significativamente no século XX e chegaram reformuladas no século XXI e dispostas a continuar se transformando. A escola, por sua vez, continua presa ao século XIX ou antes disso. Mesma estrutura física, mesma organização das salas e turmas, currículo e disciplinas com poucas alterações e a metodologia predominante continua a ser a aula-palestra, aquela em que o professor fala, fala e os alunos escutam (ou não) passivamente. Resultado disso?! Uma educação desinteressante e minimamente efetiva.

Para superar esse modelo falido, algu-

mas tendências se apresentam. A escola do século XXI precisa ser tecnológica, inovadora, interativa, colaborativa, desafiadora e divertida. Há uma forte tendência de gameificação.

A gameificação usa os princípios dos jogos – fases, desafios, pontos – para colocar o aluno diante de uma situação problema, o que é superinteressante para os estudantes do século XXI, que nascem conectados e que adoram jogar. Essa é a linguagem deles e a escola precisa aprender a se comunicar com essa linguagem. Então, vamos lá: next stage!

Laura Chaves

Vós sois a luz do mundo

No dia 31 de julho estaremos comemorando os 80 anos da instituição da Diocese de Lorena. Com a bula “Ad Christianae Plebis Regimen” (Para o governo do povo cristão), o Papa Pio XI criava uma nova Diocese, desmembrando parte do território da Igreja de Taubaté.

É uma data muito feliz para todos nós que professamos a fé católica neste pedaço de chão. Uma Diocese é uma porção do povo de Deus. A palavra porção é diferente de parte. Numa porção se pode encontrar tudo que se

encontra na totalidade. Tudo o que está contido na Igreja universal se faz presente também numa Igreja local, reunida em Cristo, sob a supervisão de um bispo. A palavra Episcopo significa aquele que vê de cima, que supervisiona. Essa é a função do bispo, olhar com zelo a comunidade de cristãos a ele confiada. Olhar de cima não significa olhar de um posto elevado na hierarquia, mas olhar com os critérios do alto, com os critérios de Deus.

Sob o olhar atento e espiritual do Bispo, os cristãos vivem no mundo, campo de missão. São luzeiros que manifestam a luz verdadeira, a luz de Cristo que neles brilha. No início do Sermão da Montanha, no capítulo 5 do Evangelho de Mateus, Jesus fala aos discípulos: “Vós sois a luz do mundo”. Depois de dizer isso, começa a instruí-los sobre como deveriam viver. Nesse sermão ensina coisas muito concretas e práticas, nada teórico. O discipulado não é um pensamento; é uma maneira de viver – como diz o evangelista Lucas ao se referir aos ensinamentos dos apóstolos em Atos dos Apóstolos.

Os discípulos de Jesus devem dar testemunho, isto é, devem viver no cotidiano o que viram o próprio Jesus fazer e o ouvirem anunciar. Não se trata de obediência às leis temporais, modificadas de acordo com o interesse de quem as faz, mas de ter o senso de justiça gravado no coração. Procurar a concórdia e a reconciliação, ser leal às pessoas, ser verdadeiro e coerente, não ser vingativo, amar com gratuidade sem que haja merecimento, fazer o bem e cultuar a Deus com discrição, sem buscar popularidade, ter Deus como Pai comum, sentir uma fraternidade universal pelas pessoas e pelas demais criaturas, não permitir que riquezas efêmeras se assenhem



da existência, ter confiança na generosa providência de Deus, que zela pelos pássaros e pelos lírios do campo e sabe dar coisas boas aos seus filhos e filhas, nunca se fazer juiz das pessoas, fugir do caminho fácil e do bem-estar, contribuir com o mundo e a sociedade com boas atitudes. Resumidamente, nas palavras de Jesus, são essas as características que marcam a maneira de viver do que se faz seu discípulo.

Nosso Senhor termina seu ensinamento com o dizer registrado no capítulo 7 do texto de Matheus: “Quem ouve essas

minhas palavras e as põe em prática é como um homem prudente que construiu sua casa sobre a rocha. Caiu a chuva, vieram as enxurradas, os ventos sopraram com força contra a casa, mas a casa não caiu, porque fora construída sobre a rocha”.

A casa à qual se refere Jesus simboliza a vida de cada cristão de modo particular, mas também simboliza a Igreja, comunidade dos discípulos de Jesus. Para que nossa Diocese octogenária de fato cumpra sua missão de iluminar o mundo e vença as dificuldades que a desafiam todos nós cristãos e cristãs que habitamos neste chão e temos a tarefa de edificar nossa existência sobre a rocha firme dos ensinamentos dados por Jesus. Nossa peregrinação por este mundo é rápida, nossa vida passa como a erva alojada no telhado, que amarece vicejante e ao final da tarde está esturricada, assim nos diz um salmista. Muitos cristãos que por aqui viveram antes de nós praticaram os preceitos de Jesus, foram fiéis a ele, legaram-nos a mensagem do Evangelho com o testemunho da própria vida, construíram nossa Igreja local. Não permitamos que a luz de Cristo deixe de brilhar nesta terra. Que nossa Diocese continue viva, atuante, marcando a história com o bom testemunho cristão. Que possamos, também nós, legar às futuras gerações o modo de viver ensinado por Jesus. Que Deus abençoe a Diocese de Lorena na celebração de seus oitenta anos de caminhada, que nunca nos falte sua graça, sem a qual nada podemos fazer.

Pe. Fabrício Beckmann

Na foto, de 1942, em frente à Matriz de São Miguel, em Piquete, o arcebispo de São Paulo, D. José de Affonseca e Silva, o primeiro bispo da Diocese de Lorena, Dom Francisco Borja do Amaral, e o vigário de Piquete, Padre Septímio Ramos Arantes.

Crônicas Pitorescas

Se ficar, o bicho come...

Palmyro Masiero

Vamos colocar as coisas nos seus devidos lugares! Se tem cara aí querendo dar um passeio na geometria através de suas figuras, o problema é dele. Mas, impingir que todos seja obrigados a isso para ficarem “por dentro” ou “é o que todo mundo usa!”, comigo não! Prefiro continuar com minha velha condição de quatro lados e quatro ângulos iguais: quadrado mesmo...

Afinal, estão nos fazendo de marionetes e, pacificamente, vamos aceitando, por não nos deixarem opções. E a gente engolindo... Devagar, jacaré! Está tão bravo o negócio, que muitos de personalidade não muito firmes lá das pernas estão bamboando por aí... E os culpados disso tudo (duro de acreditar!) são pessoas da coluna um ou do meio. As mulheres não têm nada a ver com o caso, pois também são vítimas. Existe, porém, uma diferença: elas aceitaram e com isso satisfazem uma de suas virtudes: a vaidade. Mas a homarada partindo para o narcisismo é pra santo cair do andor!

Mais especificamente, vocês já devem ter percebido que pretendo falar da moda masculina. Não vamos falar de cabeludos e barbudos, que isso não passa de mera repetição histórica, e nem de camisas, japonas etc, que são digeríveis. De outras peças, sim senhor... Vejam: antigamente, tínhamos calças com botões na vista... da mesma. Era uma segurança. Ninguém nos consultou ou sequer pediu nossa opinião. Simplesmente retiraram as rodinhas de quatro ou dois furos e em seu lugar colocaram um fecho. Qual a diferença? Constantemente, o bandido abre ou arreventa quando lhe dá na veneta... E, de modo geral, em horas as mais inconvenientes... Resumo: perdeu-se a confiança na vista... Uns se arranjam com araminhos, clips etc, para prender o bicho no seu devido lugar. E nessa até mulher entra. Agora, pergunto: alguém de nós fez qualquer reclamação ao

modista-comodista-economista que eliminou os botões com suas tradicionais casinhas para colocar aquele trezinho que corre em cima de um trilho, abrindo e fechando quando bem entende? Não! Ninguém! Nos impuseram e pronto! Quer botão? Encomenda, meu filho... Em alfaiate!

Mas não para nesse desarranjo o problema das calças masculinas. A moda manda que elas sejam apertadinhas, justinhas, modelando o corpo. É um despendango! Distinto com barrigão e... e... e... poupança meio pra tonelada fica ridículo! Unissex... Pros diabos! E os bolsos? Onde estão? Como levar os trens masculinos? Heim? Respondam! Em bolsas, outrora adereço só de mulher. Sentiram a sutileza? Será esta a fórmula encontrada e não declarada para a solução do problema de explosão populacional? É uma barbaridade! Vamos convir que são as mulheres que estão lutando para chegar a ter nossos direitos e não nós para chegarmos a elas. Como é que fica?

Ganhei de um amigo quando colhi mais um abacaxi no terreiro da vida uma caixinha de plástico contendo três cuecas. Abri o envólucro e quase apelei, mandando o simpático ir gozar com os caros dele. Mas não eram calcinhas femininas, como pensara... Eram cuecas mesmo... Cuecas, tangas ou sei lá como são chamadas... E eu vou usar isso? E, se por uma infelicidade, tiver de me despir perto de outros homens? Os caras vão me olhar “de través”!

Está difícil distinguir homem de mulher dentro do atual contexto modal! Para sanar as dúvidas eu ainda arriscava uma olhadela nas orelhas, matando a charada... Mas quê... Hoje em dia? Tá aí a marmanjada toda brincada também!

Homens do meu Brasil varonil, vamos nos unir e nos impor, pois, do jeito que a coisa está indo, um dia a casa, digo, a calça cai!

Cumprem-se os dias

Nas torres da metrópole
Acenderam-se as luzes
Quando a sombra do dia
Caía e anunciava a noite
Quente, de um dia não ensolarado
Mas abafado.
Um dia a mais se cumpria,
Seus designios somavam-se
À contagem devoradora do tempo.

As luzes pontilhavam quais faróis
Encavalados no vento desanimado.
Era a brisa sutil.
Tudo aparentemente parado.
E fluindo numa engrenagem imperfeita
Pela insidia humana.
Engrenagem das horas,
Do tempo contado com prazo
A vencer a cada dia,
Na zona de Chronos,
Nas delicias de Eros
Provocando as Erinias
Emersas dos abissais oceânicos.
Abalados de Troias.

Dóli de Castro Ferreira

A nossa Matriz

Para os pais fundadores,
Não é outra a Matriz.
Velam a Velha Matriz,
Carregada de séculos,
E por isso, autêntica.
Bem de raiz.

Raiz foi sobremaneira,
Impera na colina por inteira,
No direito de posse.
Para tanto foi erguida.
Salve seja, benfazeja!
Matriz,
Raiz,
Posse,
Venera.

Dóli de Castro Ferreira



Livro comemorativo dos 80 anos da Diocese de Lorena

O livro “Diocese de Lorena: 80 Anos – A fé se faz devoção e habita no meio do povo”, organizado por Padre Fabrício Beckmann e Laurentino Gonçalves Dias Jr., está à venda na Mitra Diocesana de Lorena e nas paróquias da Diocese.

Com oito ensaios enfatizando a importância das tradições populares para a fé católica, o livro foi lançado no dia 22 de julho em evento cultural comemorativo dos 80 anos da Diocese!

O ESTAFETA

Fundado em fevereiro / 1997

Diretor Geral:
Antônio Carlos Monteiro Chaves
Jornalista Responsável:
Rosi Masiero - Mtd-20.925-86
Revisor: Francisco Máximo Ferreira Netto
Redação:
Rua Professor Luiz de Castro Pinto, 22
Tels.: (12) 3156-1207
Correspondência:
Caixa Postal nº 10 - Piquete SP
Editoração: Laurentino Gonçalves Dias Jr.

Tiragem: 1000 exemplares
A Redação não se responsabiliza pelos artigos assinados.

1988 – Do PECado ao PACto

Que não se esgarce a esperança de um país organizado, caminhando com a celeridade possível para o aperfeiçoamento de suas instituições.

O Constituinte de 88 optou por uma cautela, talvez exagerada, pela elaboração de Carta pormenorizada.

A nossa democracia ainda encontra, em várias esferas da vida nacional, nós górdios para desatar.

Em 88, recebemos o sinal de largada para a corrida. Devemos estar sempre atentos ao percurso para que a vitória não se desmanche em querelas inúteis.

Não haverá mais Propostas de Emenda à Constituição. Em seu lugar, ficarão as Propostas de Aperfeiçoamento Constitucional.

Proponho que, a cada ano de final 6 toda a nação brasileira seja convidada a reler a Constituição de 88; que as gráficas, editoras e jornais facilitem o acesso da população ao texto.

E que, a cada ano de final 7, seja instalada, na Câmara dos Deputados, a Comissão de Aperfeiçoamento Constitucional com a

finalidade de acomodar o texto constitucional ao momento nacional e mundial.

A Constituição deverá ser dividida em quatro partes. A primeira parte será examinada de 8 de janeiro a 7 de março; a segunda, de 8 de março a 7 de maio; a terceira, de 8 de maio a 7 de julho; a quarta, de 8 de agosto a 7 de outubro.

Todas as instituições do país poderão manifestar-se através de inscrição aceita pela Comissão. Os cidadãos se apresentarão através de seus deputados ou pessoalmente se os parlamentares o permitirem.

Universidades, Institutos, Fundações, Ordens, Forças Armadas, Igrejas, Sindicatos, Confederações farão com que nenhum tema deixe de ser discutido.

As resoluções aprovadas na Comissão seguirão naturalmente a liturgia da Câmara e do Senado.

No encerramento dos trabalhos legislativos dos anos 7, estarão devidamente aprovados os acréscimos, as supressões e as correções de redação do Texto Constitucional.

Nos anos seguintes, final 8, será feito um Comunicado à Nação enaltecendo o senso de responsabilidade do Constituinte de 88, o respeito do povo brasileiro à Magna Carta.

Todos os argumentos que sustentaram a necessidade do ajustamento do texto à nova conjuntura devem vir à luz, de tal modo que cada cidadão se convença de que a Constituição não foi dilapidada, mas aperfeiçoada.

A Constituição de cada Unidade da Federação e a Lei Orgânica de cada Município deverão refletir o novo Texto Constitucional.

O ano de final 6 e o de final 7 serão sempre de discussão para verificar a necessidade de aprimoramento do Texto Constitucional. E o de final 8 encontrará o Brasil empenhado em justificar sua opção pela democracia.

Porque democracia não é para alguns. É para todos.

Enquanto houver um só brasileiro fora do abrigo da Lei, algum suor será derramado para o aperfeiçoamento do sentido de nação.

Abigayl Lea da Silva

A Diocese de Lorena comemora 80 anos

Entre os dias 21 e 31 de julho, a Diocese de Lorena promoveu uma série de eventos para comemorar os 80 anos de sua instituição, que aconteceu em 31 de julho de 1937.

Dom João Inácio Müller, atual Bispo Diocesano, instituiu, há cerca de um ano, uma comissão com a função de coordenar as atividades que celebraram tão especial efeméride. Entre elas, estavam a elaboração de um

livro e a montagem de uma exposição de arte sacra, eventos com os quais a Fundação Christiano Rosa foi convidada a colaborar.

O livro *“Diocese de Lorena: 80 Anos – A fé se faz tradição e habita no meio do povo”* foi lançado no dia 22 de julho em um evento cultural que contou com apresentações da Folia do Divino, de Cunha/SP, da Folia de Reis, de Piquete/SP, e do Coral “Imaculada Conceição”, de Silveiras/SP. Na ocasião, foi lançado, ainda, um documentário sobre a Diocese de Lorena preparado pela Canção Nova.

A exposição *“Mãe de Jesus, de muitos nomes, nossa Padroeira – A Diocese de Lorena em Imagens”* foi aberta no dia 21 de julho, com a presença do Bispo, do Prefeito e do Secretário de Cultura de Lorena, além de inúmeros convidados. A exposição era composta de um conjunto de arte escultórica religiosa e de uma coleção de fotografias. Nela foi possível conhecer parte do belíssimo acervo de arte sacra da Diocese de Lorena, que reúne peças de diferentes períodos e estilos, além de detalhes de igrejas que a integram.

Dentre as peças expostas estão imagens de Nossa Senhora da Piedade, São Miguel, Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Santa Luzia e Santo Amaro – todas em madeira policromada. Algumas foram retiradas de seus nichos nos altares para estarem mais próximas da população neste jubileu da Diocese. São peças que representam parte da cultura religiosa da Diocese e têm o carinho de nosso povo.



A coleção de fotografias, originalmente intitulada “Olhar Sagrado”, do fotógrafo lorenense Pedro Hummel, ambienta o Salão Nobre da Casa da Cultura com seu colorido e beleza, resultados do olhar sensível e da técnica apurada do jovem fotógrafo. Os registros mostram detalhes de algumas igrejas da Diocese de Lorena, que conta com riquíssimo patrimônio arquitetônico em suas

centenárias paróquias.

Ciente de que é responsável por parte significativa da História, especialmente no que se refere ao conjunto de arte sacra, a Igreja hoje comandada pelo papa Francisco tem envidado esforços para contabilizar e registrar seu rico acervo artístico. Na Diocese de Lorena não está sendo diferente: paralelamente aos preparativos para as celebrações, a Diocese de Lorena está fortalecendo os trabalhos de sua “Comissão de Bens Culturais”, na qual a Fundação Christiano Rosa também está representada. Essa Comissão vem reunindo parte do clero e leigos em esforços para inventariar o rico patrimônio de arte sacra da Diocese. Peças centenárias das paróquias, especialmente as do Vale Histórico, estão sendo catalogadas. Por meio desse inventário, pretende-se, além de registrar as obras, identificar a necessidade de restauro e/ou maior segurança, por exemplo.

Nos 80 anos da Diocese, a exposição de arte sacra e o livro comemorativo buscaram ressaltar a importância do povo, sua cultura e tradição, para o entalhe da feição da Diocese. Feição esta que revela sua essência, sua personalidade particular e coletiva, e afirma sua relevância como comunidade de comunidades. Que resulte em mais excelência na condução desta Igreja Particular o brilho das festividades desses oitenta anos.

Em defesa do nosso patrimônio ambiental

A luta em defesa do meio ambiente é recente. Foi a partir das viagens espaciais e da chegada do homem à lua, em julho de 1969, que a humanidade foi se conscientizando da fragilidade do pequeno planeta azul. A partir de então, começaram a discutir as questões referentes aos agravos à natureza e suas repercussões sobre o homem. Nascia o movimento ambientalista.

O surgimento de problemas socioambientais, ameaçando a sobrevivência da vida na Terra, é um fenômeno novo. A partir do século XX, com o acelerado crescimento industrial e o uso cada vez maior dos recursos naturais transformados em bens de

consumo, é que o desequilíbrio cresceu. O ser humano, que até então vivia em harmonia com a natureza, passou a explorá-la cada vez mais, numa ânsia desenfreada pelo progresso e pela descoberta de novos objetos de consumo. O bem-estar e a sedução ilusória pelo novo mostrados diuturnamente pela indústria do marketing nos meios de comunicação criou uma mentalidade perdulária consumista que não se importa com a origem da matéria-prima usada na fabricação desses objetos.

Nas últimas décadas, a natureza tem dados sinais de falência e pede socorro. Descobriu-se, então, que esse modelo con-

sumista não é sustentável, uma vez que os recursos naturais são finitos e insuficientes para alimentar as crescentes demandas da sociedade.

À medida que o homem se distanciou da natureza, contribuindo para seu desequilíbrio, agravos ambientais de diferentes ordens vêm causando danos ao planeta. A natureza passou a se voltar contra o próprio homem. É preciso reverter essa situação.

Das milhares de espécies existentes na Terra, o homem é a única que tem consciência e capacidade de barrar o processo de destruição ambiental, buscando alternativas para seu equilíbrio.

Seguindo para além da placa

O último mês teve conotação ambígua neste jornal. Ao mesmo tempo em que Piquete completava 126 anos de emancipação político-administrativa, nossa cidade perdia uma de suas ilustres filhas, Dóli de Castro Ferreira, historiadora e fundamental articulista deste periódico. A confluência inesperada desses dois eventos me trouxe uma lembrança: um artigo acadêmico da historiadora que há algum tempo tenho comigo. Sem surpresa, sua discussão era justamente sobre nossa cidade e a controversa origem de seu nome, que a autora parece, de maneira fundamentada, ter resolvido nesse artigo. Mais do que rememorar sua inestimável contribuição ao conhecimento da história de Piquete, trazer à tona esse artigo, como se perceberá, pode ajudar a corrigir uma informação sobre a origem de nosso nome.

Qualquer pedestre mais ou menos atento já deve ter percebido, ao passar pela altura do número 100 da Rua do Piquete, uma placa explicando a origem do nome de nossa cidade. De acordo com seu dizer, o local em que se encontra teria servido de pouso para um piquete de cavalaria enviado pelo Duque de Caxias durante a conhecida Revolução Liberal de 1842, ocorrida durante o Império. Essa placa, fixada em 1958 pelo Poder Público

municipal, contribuiu de maneira importante para que nossa oralidade, verificada nas ruas e até em nossas salas de aula, confirmasse o pouso da dita tropa como razão de nosso nome: o piquete de cavalaria enviado por Duque de Caxias teria inspirado o “Piquete” que herdamos como município.

Essa estória poderia ser tomada até hoje como verdade não fosse o artigo “Discutindo as Origens da Cidade de Piquete”, escrito por Dóli. Como ela revela, documentações do Arquivo do Estado mostram que já em 1828, 14 anos antes do suposto acampamento das tropas de Caxias, essas terras já eram designadas por Piquete, à época bairro da Vila Lorena. Naquela ocasião, o bairro já contava com 67 casas e 427 moradores. Atribuir, portanto, ao acampamento do piquete de Caxias o nome de nossa cidade é notadamente um engano. Assim sendo, qual seria, então, a origem do nome de Piquete?

Dóli prossegue em seu artigo remetendo ao caminho aberto entre 1741 ou 1744-1745 pelo Capitão Lázaro Fernandes, a partir da Fazenda do Campinho, na atual Lorena, em direção ao Arraial da Soledade de Itajubá. Dado a necessidade do Império de controlar o fluxo de pedras preciosas pela região, tal caminho foi progressivamente utilizado

para vigilância, através de piquetes de cavalaria. Conforme nota a autora, o caminho de Fernandes junto a outros que com ele se imbricavam passaram a abrigar, progressivamente, pontos de abastecimentos, roças e armazéns, o que concentrava pessoas. Com o Registro de Itajubá, em 1764, o nódulo populacional foi crescendo. Em 1872 o território transforma-se no Distrito da Freguesia de São Miguel do Piquete, para depois ser emancipado como Vila Vieira do Piquete em 1891, transformado em Cidade Vieira do Piquete em 1906 e na simples e querida Piquete em 1915.

Após essa rasteira resenha do brilhante artigo de Dóli, termino com duas considerações: Por primeiro, é preciso que o nosso Poder Público se atente ao que até agora se sabe sobre nossa história. A superada versão da placa já pode ser encostada junto de sua proclamadora. Por segundo, é preciso que haja um esforço estratégico para que o trabalho de Dóli e outros tenham prosseguimento. Como pontuei na ocasião de nosso aniversário, é a memória sobre nossa cidade que nos dá substância como piquetenses. Perdê-la significa renunciar a nós mesmos.

Rafael Domingues Lima

